



# **POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA SOB ANÁLISE DAS NOÇÕES FOUCAULTIANAS DE BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE: UM ESTUDO DE REVISÃO**

Adiel Philipe Leão da Silva [\*]; Helena Venites Sardagna [\*\*]

O presente texto traz uma revisão de literatura a partir de trabalhos que analisam práticas relacionadas às políticas de educação inclusiva e que estabelecem conexão com as noções foucaultianas de biopolítica e governamentalidade. A busca foi feita no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, sob o descritor “políticas de educação inclusiva”, combinado com os conceitos foucaultianos de biopolítica e governamentalidade, no período de 2008 a 2022. O estudo possibilitou identificar que os trabalhos enfatizam estratégias de regulação para colocar em prática as políticas inclusivas, e saberes que permeiam as políticas e práticas inclusivas.

**Palavras-chave:** Políticas de Educação Inclusiva. Governamentalidade. Biopolítica.

## **INCLUSIVE EDUCATION POLICIES UNDER ANALYSIS OF FOUCAULDIAN NOTIONS OF BIOPOLICY AND GOVERNMENTALITY: A REVIEW STUDY**

### **ABSTRACT**

This text presents a literature review based on works that analyze practices related to inclusive education policies and that establish a connection with Foucauldian notions of biopolitics and governmentality. The search was carried out in the Catalog of Theses and Dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel, under the descriptor “inclusive education policies”, combined with Foucauldian concepts of biopolitics and governmentality, from 2008 to 2022. The study made it possible to identify that the works emphasize regulatory strategies to put into practice inclusive policies, and knowledge that permeates inclusive policies and practices.

**Keywords:** Inclusive Education Policies. Governmentality. Biopolitics.



## **POLÍTICAS DE EDUCACIÓN INCLUSIVA BAJO ANÁLISIS DE LAS NOCIONES FOUCAULTIANAS DE BIOPOLÍTICA Y GUBERNAMENTALIDAD: UN ESTUDIO DE REVISIÓN**

### **RESUMEN**

Este texto presenta una revisión bibliográfica basada en trabajos que analizan prácticas relacionadas con políticas educativas inclusivas y que establecen una conexión con las nociones foucaultianas de biopolítica y gubernamentalidad. La búsqueda se realizó en el Catálogo de Tesis y Disertaciones de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior, bajo el descriptor “políticas educativas inclusivas”, combinado con conceptos foucaultianos de biopolítica y gubernamentalidad, de 2008 a 2022. El estudio permitió identificar que las obras enfatizan estrategias regulatorias poner en práctica políticas inclusivas, y conocimientos que permean las políticas y prácticas inclusivas.

**Palabras clave:** Políticas Educativas Inclusivas. Gubernamentalidad. Biopolítica.

### **INTRODUÇÃO**

Para discutir sobre as políticas de inclusão na escola, é importante relacioná-las com o percurso da educação especial no Brasil, a qual foi sendo praticada sob diferentes concepções ao longo das décadas. Desde o século XIX, o Brasil vem buscando promover a educação para pessoas com deficiência, referenciado em debates vinculados aos preceitos religiosos ou biomédicos. Essas práticas de educação não advêm de um desejo de governos ou entidades, mas de um contexto de convenções internacionais da educação das massas.

No Brasil, é a partir da década de 1990 que se pode identificar um marco da inclusão na sala de aula comum, em relação à educação das pessoas com deficiência. Até então, a lógica era a integração por meio da oferta de classes especiais no interior das escolas ou de escolas especiais. O Art. 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na forma da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, já previa a inclusão escolar “preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1996). Após vários movimentos sociais em defesa dos direitos de inclusão social e escolar, impulsionaram-se novas práticas de políticas públicas nas áreas da saúde, da educação e do trabalho.



Com a promulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), pela Secretaria de Educação Especial, ligada ao Ministério da Educação (Brasil, 2008), evidencia-se que a educação inclusiva é reforçada no discurso de promoção de uma “educação para todos”, sob o guarda-chuva das políticas mundiais. Trata-se de um marco regulatório direcionado aos sistemas de ensino, que visa garantir acesso e permanência das pessoas com deficiência na escola comum.

Estudos problematizam que, ao longo da história, as pessoas com deficiência foram excluídas e segregadas, destituídas de opções, direitos ou mesmo ações de governo que atendessem às suas necessidades por meio de políticas públicas com ênfase no respeito a suas diferenças (Jannuzzi, 2012; Mazzotta, 1995; Brasil, 2010). No entanto, pouco se problematiza sobre a naturalização dessa lógica da exclusão e inclusão que marca a partilha da população, assim como o caráter de invenção dessa partilha.

Noções como inclusão, exclusão, adaptação e adequação foram marcando os debates escolares ao longo dos anos, seja com equipe diretiva, seja com equipe pedagógica ou docente. Essas discussões se dão no contexto da política da valorização da diferença<sup>1</sup> e dos discursos da diversidade<sup>2</sup>; contudo, parte-se do pressuposto de que a lógica de não deixar ninguém de “fora”, de promover a “Educação para Todos” (Unesco, 1990), é também uma forma de controle e regulação da população, se buscarmos uma aproximação com os estudos de Michel Foucault, em especial às noções de biopolítica e de governamentalidade (Foucault, 1996; 2002; 2008).

---

<sup>1</sup> Buscando inspiração em Michel Foucault, a diferença não é algo inerente ou natural, nem fixo e estável, mas é construída e mantida por meio de práticas discursivas e instituições de poder. “Em certo sentido, o poder de regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras” (Foucault, 1987, p. 153). Essas operações se dão por meio de certos discursos e instituições que funcionam para classificar, normalizar e controlar as diferenças, ao mesmo tempo em que outras práticas podem desafiar essas categorias e ampliar os limites do que é considerado aceitável.

<sup>2</sup> Assim como a diferença, a diversidade não é algo inerente ou natural, mas é construída e mantida nas práticas discursivas, por meio de relações de poder. Não existe uma verdade universal ou uma única forma de ser, mas sim uma multiplicidade de práticas, discursos e identidades que coexistem na sociedade. Uma das operações do poder disciplinar é “a constituição de ‘quadros vivos’ que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas” (Foucault, 1987, p. 126–127).



A noção de biopolítica no presente estudo é inspirada em Michel Foucault (2002) que analisa o investimento político para governar a vida e o corpo da população. Esta forma de governo pode-se dar por meio das políticas educacionais, mais especificamente neste estudo, da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI).

Foucault (2002, p. 289) identifica, na segunda metade do século XVIII, uma tecnologia de poder que se dirige à multiplicidade dos homens, na medida em que ela forma “uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc.”. O alvo dessa tecnologia é tanto o público atendido pela política educacional quanto os docentes e suas instituições. Conforme França Júnior e Espinoza (2023, p. 5), “no âmbito da biopolítica, as práticas de governo são exercidas mediante acionamento de um tipo de poder, o biopoder”, direcionado aos indivíduos e às populações. Trata-se de um “tipo de poder que funciona articulando indivíduos uns aos outros por meio de aspectos de suas vidas” (Cunha, 2011, p. 111).

As práticas de governo mobilizam esse tipo de poder, por meio de técnicas que visam governar as pessoas, tanto a nível individual quanto coletivo. Foucault (2002; 2008) utiliza a noção de governamentalidade para analisar como se instituiu uma preocupação, desde o século XVIII, não apenas com a soberania e a lei, mas também com a gestão da população. Assim, o poder não é exercido apenas através de coerção e repressão, mas através da produção de sujeitos que internalizam e praticam essas técnicas de governança sobre si mesmos.

A noção de governamentalidade é pertinente para compreender o contexto das políticas educacionais, enquanto maneiras de governar instituições, profissionais e estudantes. Essa compreensão envolve “[...] o governo como relação entre sujeitos e o governo como relação consigo mesmo” (Castro, 2009, p. 190). Assim, estudar “formas de governamentalidade implica, então, a análise de formas de racionalidade, de procedimentos técnicos, de formas de instrumentalização” (Castro, 2009, p. 191). Tais procedimentos têm a ver com as técnicas de dominação que são “práticas institucionalizadas de objetivação de uns



sobre outros e que supõem uma certa forma de racionalidade” (França Junior; Maknamara, 2020, p.9). Também pelas técnicas de si que são “aquelas que permitem aos indivíduos realizar certas operações sobre si mesmos: operações sobre o corpo, sobre a alma, sobre o pensamento, etc.” (Castro, 2009, p. 126). Nesse sentido, “o encontro entre essas técnicas de si e as técnicas de dominação dos outros caracteriza a governamentalidade” (França Junior; Maknamara, 2020, p. 9).

Na relação com a biopolítica, a noção de governamentalidade permite evidenciar modos de operar do biopoder, para identificar suas estratégias, suas táticas e a relação com a produção de verdade, no contexto da educação. Um dos modos de operar é por meio dos regulamentos legais e suas diretrizes, aqui exemplificado como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008).

A educação como direito de todos se configura na garantia de que as redes de ensino atendam às necessidades de todos os alunos matriculados nas escolas comuns em ambientes não segregados. Assim, as escolas têm sido provocadas às mudanças institucionais no sentido de constituir a vivência pela diferença e pela diversidade nas salas de aula.

Entende-se o processo de incluir como aceitar, incorporar, vivenciar, perceber e criar novos modos de contextualizar, por meio de práticas que governam a própria concepção de processo de ensino, aprendizagem, espaços e tempos escolares. Foucault (2008), ao mostrar o contexto do estado governamentalizado, relaciona-o com a biopolítica, como uma política sobre o controle da população pelo Estado. Porém, essas práticas não são oriundas somente do Estado, mas se dão em todo o tecido social, em que todos contribuem para esse controle ao tomarem-no como necessário. É nesse contexto que se estabelece uma norma social que, ao comparar as múltiplas “cabeças”, classifica-as em normais e anormais.

[...] a disciplina estabelece os procedimentos de adestramento progressivo e de controle permanente e, enfim, a partir daí, estabelece a demarcação entre os que serão considerados inaptos, incapazes e os outros. Ou seja, é a partir daí que se faz a demarcação entre o normal e o anormal” (Foucault, 2008, p. 75).

A educação no Brasil é atravessada por esses discursos que narram e classificam sujeitos por uma lógica científica — portanto, inquestionável. A escola, desde o século XIX,



vem desempenhando um papel na estratégia de governo capaz de gerir sujeitos através de características que possibilitam que se controle uma população.

Como estratégia biopolítica, os projetos clínicos-farmacológicos-terapêuticos-pedagógicos são realidade presente nas intervenções escolares, justificando processos de in/exclusão. De acordo com Angelucci (2014), o serviço educacional à população com deficiência está organizado segundo a lógica de produção de diagnósticos em saúde, uma vez que, ao se utilizar desses diagnósticos para definir o público de suas ações, a Educação reforça a classificação de sujeitos escolarizáveis e não escolarizáveis.

Como estratégias educacionais, em uma lógica patologizante, o foco recai sobre as avaliações escolares, que enfatizam falta, ausência, incompletude, não alcance: “[...] o olhar que recorta o corpo, torna-o objeto, passível de controle e ajustamento, visando à normalidade” (Angelucci, 2014, p. 121). Assim, é importante a promoção de estudos que problematizam o desenvolvimento de métricas processuais para a organização dos sistemas de ensino inclusivo, ao reverberar o imperativo da inclusão por meio das políticas de educação.

Nesse sentido, cada sistema construiu suas políticas locais e seus regulamentos com base nos documentos nacionais que normatizam as ações pedagógicas, administrativas e técnicas aos sistemas educacionais municipais. Assim, é pertinente compreender como eles se reorganizaram para cumprir as normativas, considerando seus regulamentos e suas estratégias, num contexto de governamentalidade.

Frente a essas problematizações, a revisão ora apresentada é o recorte de uma pesquisa que investiga 21 municípios pertencentes à região Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul, com foco na implementação de ações para atender à política em vigência para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Mais especificamente, a investigação questiona como são constituídas as estratégias para o cumprimento das políticas de inclusão nas redes públicas municipais de ensino dos municípios incluídos na pesquisa.

O processo investigativo exigiu um aprofundamento acerca do tema. Assim, o presente artigo compartilha a discussão gerada a partir da revisão de literatura desse processo,



considerando o eixo políticas de educação inclusiva, combinado com os conceitos foucaultianos de biopolítica e governamentalidade. O recorte temporal foi de 2008 até 2022, e a definição do início do período se deu em virtude de ser o ano do lançamento do documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

A seguir, o texto apresenta os procedimentos metodológicos do estudo, bem como a relação dos trabalhos levantados. Na sequência, a terceira seção traz a análise e discussão dos dados, em articulação com os principais conceitos que embasam o estudo. Por fim, apresentam-se as considerações finais, que retomam os objetivos e sintetizam os enfoques principais deste artigo.

## OS CAMINHOS DA REVISÃO

Com o objetivo de mapear a produção acadêmico-científica acerca do tema das políticas de educação inclusiva, na relação com as noções de biopolítica e governamentalidade, realizamos um estudo bibliográfico do tipo revisão de literatura no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A pesquisa bibliográfica do tipo revisão de literatura é um levantamento de fontes relevantes que abordam temas relacionados. Ela visa fornecer uma visão abrangente e crítica acerca de debates do campo de estudo, permitindo situar o tema em relação ao conhecimento existente (Vorgerau; Romanowski, 2014).

Para este trabalho, selecionamos dissertações e artigos a partir dos descritores em português. Assim, seguimos a via investigativa do estudo confirmando os critérios da pesquisa no campo conceitual nas seguintes fases: definição dos filtros em períodos; princípios e conceitos; descritores ligados ao tema; leitura de títulos e resumos; seleção de trabalhos para leitura completa. No catálogo da Capes, a busca se deu pela inserção dos descritores no campo de busca, separados pelo operador *booleano* AND: “políticas de educação inclusiva” AND “biopolítica” AND “governamentalidade/governo”.

Ao realizar a busca, foi possível destacar uma demanda crescente de pesquisas que enfatizam esses descritores. As produções acadêmicas selecionadas se aproximam do objeto



de estudo — as políticas de educação inclusiva — e evidenciam a relação com os processos de governmentação em contextos da biopolítica, a partir de pesquisas que utilizam referenciais foucaultianos. Este processo possibilitou a identificação de disparadores referentes aos dispositivos de in/exclusão na educação, bem como políticas de inclusão e diversidade na educação e estratégias para a efetivação de uma educação inclusiva.

Após a busca, elencamos trabalhos publicados voltados para o desdobramento da implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI). Destacam-se também algumas pesquisas voltadas para articulações e formulação de políticas públicas, em especial o Atendimento Educacional Especializado (AEE), além da formação dos profissionais da educação para a inclusão, acessibilidades, adequações e adaptações curriculares.

A busca inicial no catálogo da Capes permitiu selecionar, primeiramente, 24 trabalhos que tratam do tema da educação inclusiva na articulação com os referidos descritores. Em função do grande volume de títulos que se apresentaram nesta base de dados, a busca foi feita nas 50 primeiras páginas. A seleção dos trabalhos seguiu os critérios previamente elencados. Já como critério de exclusão, deixamos de fora os estudos que tinham um foco mais direcionado às áreas da saúde e assistência social, assim como pesquisas com ênfases bem específicas voltadas para letras, artes, ciências biológicas e engenharias.

Após refinar os filtros e ler os resumos, selecionamos 15 pesquisas que mais se aproximam do objeto de estudo para a leitura do trabalho completo, procurando elencar pelo menos uma pesquisa por ano, partindo de 2008. O levantamento permitiu estabelecer uma seleção exploratória focada no aprofundamento das relações, nas implicações, formulações e implementações das políticas de inclusão e suas demandas. As produções identificadas, além de contribuírem para uma contextualização do campo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, destacam-se pela aproximação da intenção de pesquisa. A seguir, o Quadro 1 ilustra o resultado da busca.

#### **QUADRO 1** – Levantamento dos trabalhos analisados para a revisão de literatura





DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2024v33n1.69310

Adiel Philipe Leão da Silva, Helena Venites Sardagna

**Políticas de educação inclusiva sob análise das  
noções foucaultianas de biopolítica e  
governamentalidade: um estudo de revisão**

Ano	Título	IES	Tipo	Palavras-chave
2008	Práticas normalizadoras na educação especial: um estudo a partir da rede municipal de ensino de Novo Hamburgo-RS (1950 a 2007)	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Tese	Educação Especial; discurso; práticas normalizadoras
2009	O aluno-problema e o governo da alma: uma abordagem foucaultiana	Universidade de São Paulo	Dissertação	Michel Foucault; fracasso escolar; história da educação; aluno inadaptado; psicologia educacional; transtornos cognitivos; governamentalidade
2010	Inclusão escolar: saberes que operam para governar a população	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Dissertação	Inclusão escolar; governamentalidade; práticas pedagógicas; anormalidade; Michel Foucault
2011	A ordem do discurso na Educação Especial	Universidade Federal do Maranhão	Dissertação	Educação Especial; Educação Inclusiva; discurso
2012	Governar os excluídos para gerenciar os incluídos: o que as altas habilidades/ superdotação têm com isso?	Universidade de Santa Cruz do Sul	Dissertação	Governamentalidade; gerenciamento de riscos; altas habilidades/ superdotação; formação de professores; grupos de discussão
2013	A proliferação das políticas de assistência social na educação escolarizada: estratégias da governamentalidade neoliberal	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Tese	Assistência social; educação; inclusão; governamentalidade neoliberal; educacionalização do social
2014	Performatividade e inclusão no movimento todos pela educação	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Tese	Todos pela Educação; performatividade; desempenho; inclusão; reforma educacional
2015	Racionalidade neoliberal e sensibilização para a inclusão escolar de deficientes	Universidade Federal de Santa Maria	Tese	Inclusão escolar; sensibilização; deficiência; neoliberalismo; governamentalidade



2016	Raça, biopolítica e educação: dispositivos de in/exclusão	Universidade de Santa Cruz do Sul	Dissertação	Educação; biopolítica; in/exclusão; raça; narrativas identitárias
2017	A modulação das condutas das pessoas com deficiência no direito à escola comum brasileira	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Tese	Inclusão escolar; sociedade de controle; governamentalidade; modulação
2018	Práticas de apoio à inclusão escolar e a constituição de normalidades diferenciais	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Tese	Políticas de inclusão escolar; práticas de apoio; governamentalidade; normalização; normalidades diferenciais
2019	Estratégias engendradas nas práticas pedagógicas do Atendimento educacional especializado para o corpo da Deficiência	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	Dissertação	Inclusão; governo; corpo da deficiência; AEE
2020	Política Pública de Educação Inclusiva: estratégias e visibilidades presentes em sua efetivação	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	Dissertação	Políticas de inclusão; escola; biopolítica; governamentalidade
2021	Retratos da inclusão escolar: problematização de um caso a partir da biopolítica de Michel Foucault	Universidade Estadual Paulista	Dissertação	Inclusão escolar; governamentalidade; biopolítica
2022	Práticas de in/exclusão: Contribuições para acessibilidade curricular	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	Dissertação	Acessibilidade curricular; Educação Inclusiva; Ensino Fundamental; governamentalidade; biopolítica

Fonte: autores (2024).

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO: POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM ARTICULAÇÃO COM A GOVERNAMENTALIDADE E A BIOPOLÍTICA**

Os estudos de Sardagna (2008), Rito (2009), Lockmann (2010), Alcântara (2011) e Barbosa (2019) estabelecem estreita relação com os propósitos da revisão de literatura, por **Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-25, e-rte331202454, 2024.**



operarem com as noções de governamentalidade e biopolítica para compreender práticas direcionadas aos sujeitos escolares. As análises problematizam as práticas educacionais, por meio de saberes que categorizam e hierarquizam os sujeitos. Um desses saberes referido por Rito (2009), Lockmann (2010) e Barbosa (2019) está alinhado ao olhar clínico e ao campo “psi”. Esses saberes classificam e posicionam os sujeitos-alvo das práticas de governo. Nessa direção também está a discussão de Vicente (2020) sobre a efetivação da política educacional inclusiva, enfatizando saberes presentes — em especial, o saber médico. Os estudos de Sardagna (2008) e Alcântara (2011), por sua vez, discutem a relação entre discurso e governamentalidade para problematizar os discursos que constituem as políticas inclusivas, reafirmando a ideia da diferença localizada na deficiência e da anormalidade, sob o arcabouço da governamentalidade. As discussões dessas pesquisas constam na sequência.

O primeiro trabalho elencado é a tese de doutorado de Helena Venites Sardagna (2008), intitulada “Práticas normalizadoras na Educação Especial: um estudo a partir da rede municipal de ensino de Novo Hamburgo-RS (1950 a 2007)”. Esse texto problematiza as condições para a emergência da educação especial e apresenta ênfases nas práticas percebidas no contexto da Rede Municipal de Ensino de Novo Hamburgo. O estudo utiliza conceitos foucaultianos como ferramentas analíticas e identifica três ênfases discursivas nas práticas direcionadas ao público-alvo da educação especial, no período de 1950 até 2007, quais sejam: a institucionalização do anormal; a distribuição dos corpos na escola; a inclusão e o controle dos sujeitos na escola comum. O estudo ainda traz o argumento de que as práticas inclusivas dos sistemas de ensino, sob o discurso de serem o melhor para os sujeitos-alvo das políticas de inclusão, foram produzindo a necessidade de incluir, juntamente com os processos de normalização e de correção instituídos no contexto dos sistemas de ensino.

Os discursos evidenciados no estudo enfatizam verdades, produzindo normalidades que se posicionam de forma imperativa para que a escola possa identificar, adequar, adaptar e acessar materiais, recursos, equipamentos considerados adequados às necessidades dos sujeitos. As práticas estão imbricadas nos discursos que promovem a educação inclusiva



como natural e inerente ao ser humano, como se ela sempre estivesse presente na escola (Sardagna, 2008).

A dissertação de Marcelo Rito, intitulada “O aluno-problema e o governo da alma: uma abordagem foucaultiana” (2009), apresenta a análise de laudos psicopedagógicos com a intenção de identificar a necessidade de governar a população através dos desdobramentos educacionais da intersecção entre governo, medicina e agenciamentos psi na propagação da normalização da sociedade moderna. Rito (2009) trabalha com os conceitos de biopolítica, governamentalidade, disciplinamento e normalização, e utiliza tais ferramentas para identificar como historicamente se constituiu o “aluno-problema” na instituição da escola moderna no Brasil, assim como quais saberes operam sobre esses indivíduos. Por fim, o pesquisador lista uma série de elementos retirados de laudos que descrevem, supostamente, o indivíduo deficitário, referindo-se aos critérios comportamentais como precursores de um bom rendimento escolar: “[...] por meio das explicações sobre as incapacidades dos anormais, pode-se construir publicamente um conjunto de ações para que cada indivíduo se auto-regule” (Rito, 2009, p. 95).

O estudo selecionado para o ano de 2010 é a dissertação de Kamila Lockmann, intitulada “Inclusão escolar: saberes que operam para governar a população”. Na sua pesquisa, a autora analisa a inclusão escolar como uma estratégia da governamentalidade (neo)liberal, a partir de fichas de encaminhamentos para intervenção psi, questionários preenchidos pelos especialistas (psicólogos, psicomotricistas, psiquiatras) e entrevistas realizadas com os professores. O estudo evidencia que “[...] essas intervenções agem sobre a criança com o intuito de conduzir suas condutas no caminho do bem e da ordem” (Lockmann, 2010, p. 86).

Para a autora, na busca por moralizar as infâncias, a escola destaca, posiciona e produz sujeitos intitulados em seus discursos como alunos-alvo de intervenção, com o objetivo de exercitar o governo de si, acessando saberes médicos, terapêuticos e farmacológicos. Esses discursos são justificados pela normalização, colocando em prática técnicas de dominação. A pesquisadora compreende “a inclusão como estratégia da governamentalidade que age sobre o



corpo e sobre alma dos sujeitos para atingir seu principal objetivo, a saber: o governo da população” (Lockmann, 2010, p. 166).

Entre as publicações no ano de 2011, selecionamos a dissertação de Ramon Luis de Santana Alcântara, com o título “A ordem do discurso na Educação Especial”, que problematiza a invenção do “professor inclusivo”. Essa pesquisa aponta indagações sobre como o indivíduo é subjetivado quando o Estado busca conformar o professor para estabelecer uma Educação para todos. Através de dispositivos de poder institucionalizados, o autor mapeia o Estado governamentalizado pelo neoliberalismo para vislumbrar como a política educacional emergiu o acontecimento da inclusão no Brasil. Entre seus achados, Alcântara (2011, p. 193) destaca que “todo discurso de exclusão é combatido de forma a forjar uma sociedade igualitária, de direitos universais” e analisa a inclusão como uma vontade de saber-verdade-poder, pois o Estado, em seus discursos sobre a diversidade e a diferença, vincula-as estritamente à deficiência. Assim, “a pessoa que tem deficiência é o diferente que precisa ser compreendido. É mantido assim o mito de um ‘especial’, um ‘outro’, em suma, é mantida a ideia de anormalidade” (Alcântara, 2011, p. 193).

A dissertação de Liziane da Silva Barbosa (2019), intitulada “Estratégias engendradas nas práticas pedagógicas do Atendimento Educacional Especializado para o corpo da deficiência”, discute as estratégias pedagógicas nas Salas de Recursos Multifuncionais e evidencia governamentos engendrados nas práticas conduzidas pelos professores do Atendimento Educacional Especializado. Entre os achados da pesquisa, destacam-se os professores do AEE como acionadores de engrenagens biopolíticas e os saberes produzidos no campo das psicopedagogias como balizadores no trabalho pedagógico. Nesse movimento, a autora evidencia regimes de verdade “atravessados por saberes que permeiam o campo da educação, [...] os saberes que se organizam como as verdades do campo das psicologias, os saberes Psi” (Barbosa, 2019, p. 62). Outro ponto que a autora evidencia é a reprodução do discurso que afirma a inclusão como imperativo, sustentada na legislação e alvo das políticas públicas na área da educação, por ser incontestável sob a justificativa de ser “bom para



todos”. “Os participantes repetem essa noção, que é trazida pela legislação que rege o campo da educação especial de que o AEE surge na cena escolar” (Barbosa, 2019, p. 72).

Neste processo — que a autora nomeia como “metamorfosear” o professor do AEE — são desenvolvidas práticas e apropriações de termos e técnicas de diversas áreas da medicina e da psicologia para conduzir uma população. Isso se dá em resposta às queixas de professores, para normalizar o sujeito com deficiência através da captura deste corpo ou ofertar/convidar, quase que “obrigatoriamente”, a torná-lo produtivo aos olhos da sociedade.

A dissertação escolhida para o ano de 2020 intitula-se “Política Pública de Educação Inclusiva: estratégias e visibilidades presentes em sua efetivação” e foi desenvolvida por Patrícia de Andrade de Oliveira Vicente. Este estudo analisa como se estabelece a política de inclusão em um determinado sistema de ensino. Ao desenvolver a análise dos dados, a autora se depara com discursos em favor de um “governo da inclusão”. Ao evidenciar estratégias de governo às pessoas com deficiência, identifica dispositivos de normalização nas ações implementadas pelo sistema de ensino, assim como “desafios e adequação a estratégias para um trabalho de desenvolvimento e aprendizagem que se insere em uma perspectiva de normalização dos sujeitos” (Vicente, 2020, p. 66).

Vicente (2020) destaca ainda que os conjuntos de saberes que viabilizam a ação pedagógica na efetivação da política educacional inclusiva, em especial o saber médico, estão referenciados na necessidade de identificação desta população. Nessa perspectiva, as práticas inclusivas promovem a condução e o controle dos sujeitos. “Como se a docência em si não fosse competência para a abordagem pedagógica na educação especial. São verdades que pautam a concepção e a cultura escolar, permitindo que a inclusão só possa se concretizar mediante esses aparatos” (Vicente, 2020, p. 74).

A seguir apresentam-se os estudos de Campos (2012), Lockmann (2013), Hattge (2014), Kraemer (2017), Machado (2015) e Fröhlich (2018), os quais são potentes para mostrar as estratégias do cumprimento das políticas educacionais nos sistemas de ensino, ao analisarem diferentes contextos educacionais, operando com a governamentalidade como ferramenta analítica. As análises permitem evidenciar os movimentos de subjetivação, tanto



dos indivíduos quanto do coletivo, por meio de políticas inclusivas inscritas numa racionalidade neoliberal. As discussões são elencadas na sequência.

Entre as pesquisas produzidas em 2012, a busca destacou a dissertação de Juliana Durand de Oliveira Campos, com o título “Governar os excluídos para gerenciar os incluídos: o que as altas habilidades/superdotação têm com isso?”. A autora problematiza a governamentalização dos excluídos para o gerenciamento dos incluídos, utilizando a governamentalidade como ferramenta analítica para operar sobre os processos de normalização e gerenciamento de riscos. Apesar de direcionar seu foco às práticas escolares para com estudantes com altas habilidades ou superdotação, Campos conduz a análise com ferramentas foucaultianas e considera a escola “um espaço de segurança, que assume o papel de controlar e normalizar comportamentos” (Campos, 2012, p. 68).

O trabalho de 2013 é também de Kamila Lockmann, mesma autora do texto selecionado para o ano de 2010. Trata-se da sua tese de doutorado, intitulada “A proliferação das políticas de assistência social na educação escolarizada: estratégias de governamentalidade neoliberal”, que foi selecionada em função da proximidade com os propósitos do nosso estudo. Na sua pesquisa, a autora realiza recortes da história da governamentalidade para compreender as diferentes formas de conduzir as condutas dos sujeitos e da população, articulando-a também com outros conceitos foucaultianos. Lockmann lança um olhar histórico evidenciando as diferentes formas de efetivação das práticas assistenciais-educacionais. Além disso, a tese desenvolve a noção de “inclusão produtiva”, que “trata-se de um tipo de inclusão que é garantida pelo próprio sujeito a ser incluído e que se dá por meio dos investimentos que ele precisa, cada vez mais, desenvolver sobre si mesmo” (Lockmann, 2013, p. 298), reconfigurando os discursos de inclusão para a lógica atual.

Na tese de Morgana Domênica Hattge (2014), com o título “Performatividade e inclusão no movimento Todos Pela Educação” (Hattge, 2014), destacam-se os dados estatísticos de monitoramento de metas a serviço da governamentalidade. Empregando os conceitos-ferramentas foucaultianos, a autora percebeu os discursos que constroem a grande



verdade do movimento Todos pela Educação, alinhados aos discursos que instituem a necessidade de um sistema educacional capaz de conduzir sua população-alvo. Hattge (2014) evidencia entre os seus achados a emergente noção de performatividade e seus efeitos no campo educacional, por meio de estratégias como a inclusão de todos no sistema educacional; a difusão de uma cultura de metas que produz a reconfiguração da aprendizagem em desempenho e a instituição do aprendizado como um direito; a produção de dados estatísticos a partir de avaliações em larga escala, que produzem e reiteram a necessidade das ações do movimento. Nesse processo, a inclusão de todos é um paradoxo, pois ao mesmo tempo é inegociável e ameaça a performatividade escolar. Esse fator é predominante para operar, visto que “seus desempenhos nas avaliações em larga escala, muitas vezes, não são considerados satisfatórios para atender às metas estabelecidas por essa escala pautada pelas exigências da performatividade” (Hattge, 2014, p. 159). O estudo evidencia a necessidade de reconfiguração da aprendizagem em desempenho, vista como um investimento de “discriminação positiva” sobre os sujeitos.

Entre as pesquisas publicadas em 2015, destaca-se a tese de Fernanda de Camargo Machado, com o título “Racionalidade neoliberal e sensibilização para a inclusão escolar de deficientes”. O estudo promoveu a investigação a partir das ferramentas analíticas de governamentalidade, governo pela verdade e subjetivação, com vistas a compreender como a racionalidade neoliberal vem conduzindo modos de subjetivação a partir das práticas de sensibilização para a inclusão escolar de pessoas com deficiência no Brasil. Essa investigação problematiza o contexto estudado sob conceitos como relações de saber e poder, manifestação da verdade na forma da subjetivação e racionalidade política, conceitos estes empregados pela autora como ferramentas para constituir seu arcabouço da pesquisa (Machado, 2015).

O estudo do ano de 2017 é a tese de Graciele Marjana Kraemer, intitulada “A modulação das condutas das pessoas com deficiência no direito à escola comum brasileira”, a qual analisa o direito à escola comum para as pessoas com deficiência, articulado ao movimento político desses sujeitos no contexto histórico brasileiro. A autora evidencia a ordem discursiva do direito à escola como reflexo de uma governamentalidade neoliberal,





ênfatisando o espaço escolar como um produto biopolítico que desencadeia o governo dos sujeitos com deficiência. Neste processo de institucionalização do corpo anormal, a política efetiva processos de correção da anormalidade para a constituição de um corpo regulado.

Enquanto o movimento histórico das políticas educacionais implementa recursos físicos, didáticos, de acessibilidade e formação, visando à condução das condutas das pessoas com deficiência, a inclusão escolar se constitui como dispositivo do governo da vida pela modulação de condutas. “A eficiência da estratégia política da inclusão das pessoas com deficiência está em fazer com que todos participem, aprendam e circulem dentro do espaço escolar e, posteriormente, na sociedade e no mercado de trabalho” (Kraemer, 2017, p. 116).

Continuando os apontamentos, a autora destaca dois modos de intervenção a partir dos quais o Estado formula e implementa ações para a condução dos sujeitos com deficiência, “na promoção de um sistema de ensino em que os sujeitos envolvidos com processos de inclusão educacional sejam providos de condições efetivas para o desenvolvimento de uma educação de qualidade” (Kraemer, 2017, p. 116). O primeiro evidencia a produção de subjetividades, enquanto o outro estabelece ações para participação permanente (sujeitos participativos, autônomos e aprendizes) no espaço escolar, como investimento nas suas condições de vida.

O estudo selecionado em 2018 é de Raquel Fröhlich, com a tese sob o título “Práticas de apoio à inclusão escolar e a constituição de normalidades diferenciadas”. Na sua pesquisa, ela discute as deficiências como normalidades diferenciadas e compreende as práticas de apoio à inclusão escolar a partir da década de 1990 como práticas de funcionamento dos processos de normalização das pessoas com deficiência. Em suas análises, evidenciou várias formas de apoio à inclusão escolar com finalidades diversas, conforme os contextos históricos, políticos, culturais e sociais do período proposto na pesquisa. A pesquisadora destaca que o apoio terceirizado é a forma mais recorrente “para manutenção dos alunos com deficiência na escola comum” (Fröhlich, 2018, p. 194). Assim, os processos de normalização se operam por meio da aprendizagem. Porém, a autora enfatiza que este processo “ultrapassa a correção de tais sujeitos e implica colocá-los em um gradiente de normalidade que se



constitui por meio da aprendizagem” (Fröhlich, 2018, p. 195). Ao final do percurso, a autora analisa que a ampliação das práticas de apoio não significa que não haja práticas de correção alinhadas ao alargamento e à flexibilização das normas.

As práticas de apoio, em especial as terceirizadas, operam processos de normalização de uma maneira mais refinada. O refinamento não exclui práticas de correção e de instituição de normas, mas faz com que essas normas sejam ampliadas e se tornem mais flexíveis. As políticas de inclusão, inscritas em uma racionalidade neoliberal, produzem entendimentos sobre as pessoas com deficiência, os quais, na atualidade, ultrapassam a necessidade de correção dos desvios. Nessa lógica, que estabelece uma linguagem em que a aprendizagem ao longo da vida se torna uma condição que interpela todos os sujeitos, aqueles com deficiência também são interpelados por tais enunciados (Fröhlich, 2018, p. 196).

Por fim, os estudos de Rosa (2016), Amaral (2021) e Guimarães (2022) também agregam para os propósitos da revisão aqui elencada, ao problematizar a inclusão como um imperativo, empregando a noção de in/exclusão no contexto educacional, no conjunto de processos que não são tão naturais como nos parecem, mas são invenções sociais. Esses estudos também utilizam a noção de biopolítica na aproximação com o governo na regulação das condutas tanto das instituições quanto dos seus sujeitos; assim, evidenciam subjetivações e normalizações.

Em 2016, o estudo de Camila Francisca da Rosa apresenta a dissertação intitulada “Raça, biopolítica e educação: dispositivos de in/exclusão”. A autora investiu seus empreendimentos na problematização dos dispositivos de in/exclusão e de segurança, com foco na regulação dos sujeitos negros na construção das narrativas nacionais brasileiras. A compreensão de que o processo em que o imperativo da inclusão funciona de forma concomitante à exclusão foi o enfoque dado pela autora para evidenciar a educação como dispositivo de in/exclusão (Rosa, 2016).

Em 2021, selecionamos a dissertação intitulada “Retratos da inclusão escolar: problematização de um caso a partir da biopolítica de Michel Foucault”, apresentada pela pesquisadora Bruna Carla de Carvalho Amaral. A pesquisa se propôs a verificar, a partir de observação e diálogos com professores da Educação Infantil, a constante busca por laudos e pareceres clínicos médicos como mediadores de instrumentos pedagógicos condicionantes ao processo de ensino e aprendizagem. Ao analisar as ações implementadas nas políticas



públicas inclusivas utilizando as ferramentas foucaultianas, principalmente sob a ótica da biopolítica, evidenciou entre os seus achados os focos de resistência a esse modelo normalizador.

A autora destacou que, mesmo com a promulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com uma abordagem de afastamento de paradigmas excludentes, o modelo “científico-biológico” persiste em saberes e práticas da Educação, bem como suas tentativas de homogeneizar os corpos e modos de vida que não se governam. Assim, “[...] práticas inclusivas normalizadoras acabam por excluí-los dentro de sua inserção no espaço físico das escolas, ou por agredir suas subjetividades na medida em que elas tencionam esses sujeitos para que se enquadrem nos padrões esperados” (Amaral, 2021, p. 76). A pesquisadora aponta ainda para os processos decorrentes das políticas de democratização, tanto suas potencialidades quanto suas limitações, destacando os focos de resistência e inserção de ações descendentes, sem a participação e as contribuições dos atores das escolas ou muito menos daqueles que trazem em seu corpo a inscrição “deficiente”.

A dissertação defendida em 2022 pela pesquisadora Jucimara Teixeira da Luz Guimarães intitula-se “Práticas de In/Exclusão: contribuições para acessibilidade curricular”. A pesquisa problematiza a visão binária de oposição entre inclusão e exclusão, assim como as estruturas e estratégias pedagógicas para a “promoção da acessibilidade curricular na educação inclusiva”. Utilizando como referencial teórico os estudos foucaultianos de governamentalidade, biopolítica e processos de in/exclusão, destaca em suas análises a importância da interação entre os atores responsáveis pelo fazer pedagógico (lacuna evidenciada do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental). Guimarães (2022) ressalta como os professores descrevem os seus estudantes, segundo a norma e as práticas de normalização — “normal e anormal”, “aquele a ser corrigido”, “aquele incorrigível” — e questionam até “se o lugar dele é na escola”. Neste processo, as práticas de normalização estão inseridas no contexto escolar, asseguradas pelos dispositivos legais, proporcionando ações de acessibilidade vinculadas à noção de in/exclusão. “O governo é acionado e operado na regulação das condutas dos educadores, reforçando assim os processos normalizadores e



potencializadores das práticas pedagógicas como impulsionadoras do imperativo da inclusão escolar” (Guimarães, 2022, p. 65). Impulsionado pela lógica da padronização, esse sujeito supostamente “excluído” se insere nas práticas curriculares que visam à homogeneização dos sujeitos ao ponto de torná-los o mais próximo daquilo que é considerado ideal na escolarização.

É possível ponderar que as estratégias de regulação evidenciadas vão além de recursos, ao mobilizarem estruturas, protocolos, pareceres, avaliações, tempos e espaços para os estudantes e suas instituições. As práticas docentes são conduzidas para a incorporação de métricas e instrumentos pedagógicos às suas rotinas, muitas vezes utilizando modelos terapêuticos para alcançar a população escolar e dispositivos que visam à condução de comportamentos. Os saberes que permeiam as políticas e práticas inclusivas acentuam o campo clínico articulado ao pedagógico, o que funciona como regime de verdade para a condução e o controle dos corpos, num movimento de alcançar todos.

Assim, todos os estudos elencados na presente revisão contribuem para refletir sobre as discussões que abordam estratégias para o cumprimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), permitindo tensionar as verdades que funcionam como regimes, a fim de compreendermos possíveis dimensões constituintes de seus desdobramentos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A revisão da literatura conduzida no presente artigo é o recorte de uma pesquisa que investiga municípios pertencentes à região Litoral Norte do Rio Grande do Sul, com foco na implementação de ações para atender à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Este artigo resultou de um estudo bibliográfico cuja busca foi feita no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Partimos do descritor “políticas de educação inclusiva”, combinado com os conceitos foucaultianos de biopolítica e governamentalidade.



No período de 2008 até 2022, foram consideradas 15 dissertações e teses, cuja leitura permitiu identificar e estruturar dois enfoques. O primeiro se refere às estratégias de regulação para colocar em prática as políticas inclusivas. A proposta de inclusão escolar, estabelecida nos documentos legais e instrumentos pedagógicos, permite perceber um sentido binário, evidenciando quem está dentro e propondo estratégias de regulação para quem está de fora. Neste processo a inclusão é vista como natural do ser humano, um princípio fundamental e, por este motivo, um imperativo do Estado para justificar as políticas inclusivas na área da educação. Ao mesmo tempo configura-se a condução daquele que está de fora, ou seja, do anormal.

O segundo enfoque constitui os saberes que permeiam as políticas e práticas inclusivas. As políticas educacionais são discursos oriundos da racionalidade neoliberal que produzem mecanismos de normalização dos sujeitos a partir de parâmetros curriculares e métricas sociais. As pesquisas apontam alguns dispositivos que determinam nossas condutas. Entram em cena as disputas travadas entre os saberes pedagógicos e os saberes médicos no processo educacional inclusivo, no sentido de autorizar (validar) um serviço escolar. Ao olharmos esse processo, podemos perceber que a governamentalidade se entrelaça no contexto das políticas de educação especial como condição para que se proliferem tais saberes, que funcionam como conjuntos de regras para os sistemas de ensino.

O exercício de descrever e relacionar os estudos permitiu compreender o contexto da educação especial na perspectiva da educação inclusiva como um campo constituído por discursos que são muito pouco contestados, pelo tom de verdade. Foi um movimento de olhar para o espaço da desconfiança frente ao que é tomado como natural e bom por si mesmo.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, R. L. de S. **A ordem do discurso na educação especial**. 2011. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.



AMARAL, B. C. C. **Retratos da inclusão escolar**: problematização de um caso a partir da biopolítica de Michel Foucault. 2021. 83 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2021.

ANGELUCCI, C. B. Medicalização das diferenças funcionais: continuísmos nas justificativas de uma educação especial subordinada aos diagnósticos. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 25, n. 1, p. 116–134, 2014. Disponível em:  
<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2745>. Acesso em: 1 fev. 2024.

BARBOSA, L. S. **Estratégias Engendradas nas Práticas Pedagógicas do Atendimento Educacional Especializado para o Corpo da Deficiência**. 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Osório, 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, 2010. 443 p.

CAMPOS, J. D. de O. **Governar os excluídos para gerenciar os incluídos**: o que as altas habilidades/superdotação têm com isso? 2012. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2012.

CASTRO, E. Governo, governar, governamentalidade. *In*: CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**. Trad. Ingrid M. Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 477 p.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Trad. Raquel Ramallete. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 262 p.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura F. de A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996. 79 p.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 381 p.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso no Collège de France (1974–1975). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 474 p.



FRANÇA JUNIOR, R. R. de.; MAKNAMARA, Marlécio. Metodologias Ativas como significado transcendental de currículos de formação médica. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, p. 1-19, n. e219263, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698219263>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/SDCcMBxHkYGSdn858ZFTbJB/?format=pdf>. Acesso em: 08 jun. 2024.

FRANÇA JÚNIOR, R. R.; ESPINOZA, M. E. O. Discente ativo e medicina engajada: produções biopolíticas de um dispositivo na formação médica. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 32, n.1, p. 1-18, 2023: DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2023v32n1.64937. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/64937/37376>. Acesso em: 08 jun. 2024.

FRÖHLICH, R. **Práticas de apoio à inclusão escolar e a constituição de normalidades diferenciais**. 2018. 231 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

GUIMARÃES, J. T. L. **Práticas de In/Exclusão: contribuições para acessibilidade curricular**. 2022, 151 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Osório, 2022.

HATTGE, M. D. **Performatividade e inclusão no movimento Todos pela Educação**. 2014. 186 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

JANNUZZI, G. M. **A educação dos deficientes no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2012. 224 p.

KRAEMER, G. M. **A modulação das condutas das pessoas com deficiência no direito à escola comum brasileira**. 2017. 196 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

LOCKMANN, K. **Inclusão escolar: saberes que operam para governar a população**. 2010. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LOCKMANN, K. **A proliferação das políticas de assistência social na educação escolarizada: estratégias da governamentalidade neoliberal**. 2013. 318 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.



MACHADO, F. C. **Racionalidade neoliberal e sensibilização para inclusão escolar de deficientes**. 2015. 172 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

MAKNAMARA, M. **Currículo, gênero e nordestinidade: o que ensina o forró eletrônico?**. 2011, 152 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, UFMG, Belo Horizonte. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FAEC-8MSFEF/1/tese\\_marl\\_cio.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FAEC-8MSFEF/1/tese_marl_cio.pdf). Acesso em 08 jun. de 2024.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: Histórias e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1995. 2008 p.

RITO, M. **O aluno-problema e o governo da alma: uma abordagem foucaultiana**. 2009. 104 f. Dissertação de (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ROSA, C. F. **Raça, biopolítica e educação: dispositivos de in/exclusão**. 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2016.

SARDAGNA, H. V. **Práticas normalizadoras na educação especial: um estudo a partir da rede municipal de ensino de Novo Hamburgo/RS (1950 a 2007)**. 2008. 227 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 13 nov. 2023.

VICENTE, P. A. O. **Política Pública de Educação Inclusiva: estratégias e visibilidades presentes em sua efetivação**. 2020. 136 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Osório, 2020.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165–189, jan./abr. 2014. DOI: <https://www.doi.org/10.7213/dialogo.educ.14.041.DS08>. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/2317>. Acesso em: 13 nov. 2023.





DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2024v33n1.69310

Adiel Philipe Leão da Silva, Helena Venites Sardagna  
**Políticas de educação inclusiva sob análise das  
noções foucaultianas de biopolítica e  
governamentalidade: um estudo de revisão**

**SOBRE A AUTORIA:**

[\*] Mestrando em Educação na UERGS - Professor das Redes de Ensino de Capão da Canoa e Cidreira/RS – <https://orcid.org/0009-0004-0179-7354> - [adielph@gmail.com](mailto:adielph@gmail.com)

[\*\*] Pós-Doutorado em Educação pela UFRGS; Mestrado e Doutorado em Educação pela Unisinos - Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) – <https://orcid.org/0000-0002-6175-9542> - [helena-sardagna@uergs.edu.br](mailto:helena-sardagna@uergs.edu.br)

---

Submetido em: 06 de Fevereiro de 2024.

Aprovado em: Maio de 2024.

Publicado em: Junho de 2024.